



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS MULTIDISCIPLINARES
CENTRO DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL
ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR

EDUCAÇÃO INCLUSIVA:

**o planejamento como forma de incentivo aos professores na busca de uma
aprendizagem de qualidade**

Maria Angela Nogueira Jales Dias

Professora-orientadora Dra. Otília Maria Alves da Nóbrega Alberto Dantas

Professor tutor-orientador Me. Marcos Alberto Dantas

Brasília (DF), Julho de 2014

Maria Angela Nogueira Jales Dias

EDUCAÇÃO INCLUSIVA:

**o planejamento como forma de incentivo aos professores na busca de uma
aprendizagem de qualidade**

Monografia apresentada para a banca examinadora do Curso de Especialização em Gestão Escolar como exigência parcial para a obtenção do grau de Especialista em Gestão Escolar sob orientação da Professora-orientadora Dra. Otilia Maria Alves da Nóbrega Alberto Dantas e do Professor tutor-orientador Me. Marcos Alberto Dantas.

Brasília (DF), Julho de 2014

TERMO DE APROVAÇÃO

Maria Angela Nogueira Jales Dias

EDUCAÇÃO INCLUSIVA:

**o planejamento como forma de incentivo aos professores na busca de uma
aprendizagem de qualidade**

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista
em Gestão Escolar pela seguinte banca examinadora:

Profa. Dra. Otília Maria Alves da
Nóbrega Alberto Dantas –UnB/FE/MTC

(Professora-orientadora)

Prof. Me. Marcos Alberto Dantas –
UnB/FACE/ADM

(Tutor-orientador)

Profa. Dra. Liliane Campos Machado
UnB/FE/MTC
(Examinador externo)

Brasília (DF), Julho de 2014

Dedico este trabalho a Deus que me deu forças e sabedoria para chegar ao final.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos os colegas que me ajudaram a concluir este trabalho, a minha família que me ajudou incentivando-me a não desistir.

“O planejamento é um processo ininterrupto, processual, organizador da conquista prazerosa dos nossos desejos onde o esforço, a perseverança, a disciplina são armas de luta cotidiana para a mudança pedagógica.” (Madalena Freire)

RESUMO

Hoje no Brasil vivenciamos a educação inclusiva, muitos alunos que antes não teriam acesso as escolas públicas, hoje em dia a frequentam e superam suas deficiências e especificidades, por outro lado entra a escola que tem uma nova clientela e precisa superar as dificuldades para ter bons resultados em termos de aprendizagem, neste panorama entra a equipe gestora que tem que demonstrar aos seus professores e toda a comunidade escolar o quanto o planejamento é importante para desenvolver um bom trabalho direcionado a cada aluno portador de necessidades especiais, fazer com que conheçam as tecnologias de informação e comunicação para desenvolver as potencialidades dos alunos em sala de aula, esta pesquisa destaca o trabalho desenvolvido no Centro de ensino Especial 01 de Taguatinga sobre o tema desenvolvido, analisou através de questionário a posição dos professores sobre o planejamento e o uso das tecnologias assistivas em sala de aula e como as mesmas tem auxiliado e ajudado tanto professor como aluno.

Palavras-chave: Planejamento; Tecnologias assistivas; Educação Inclusiva

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	09
Justificativas e Problemática.....	09
Objetivos.....	14
Metodologia da Pesquisa.....	15
Fundamentação Teórica.....	17
a) Educação Inclusiva.....	20
b) Planejamento Curricular.....	27
c) Tecnologia Assistiva.....	33
1 ANÁLISES, RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	36
CONCLUSÃO.....	40
REFERÊNCIAS.....	42
APÊNDICES.....	46

INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa demonstrar como o planejamento é importante e não deve ser negligenciado na escola, desde o Projeto Pedagógico da escola que deve ressaltar a importância da participação e envolvimento de todos os sujeitos da comunidade escolar, como o planejamento de aula onde o professor tem seu papel primordial, pois será através dele que o professor poderá planejar suas aulas visando às potencialidades e especificidades de seus alunos.

Vivenciamos nas escolas a Inclusão de alunos portadores de necessidades especiais, e a escola deve ser preparada para recebê-los. O gestor deve incentivar a prática de planejar aulas e fazer com que o professor passe a utilizar as tecnologias Assistivas, pois muitos alunos têm dificuldades que podem ser diminuídas e simplificadas com o uso das tecnologias.

Com o intuito de mostrar o quanto o planejamento e o uso das tecnologias assistivas são importantes para essa clientela, resolveu-se pesquisar sobre o assunto no Centro de Ensino Especial 01 de Taguatinga, onde muitos professores aceitaram o desafio e ajudaram a responder a mesma, demonstrando comprometimento com a Educação Inclusiva e muito carinho e amor pela profissão.

Justificativas e Problemática

O Centro de Ensino Especial 01 de Taguatinga de acordo com seu Projeto Político Pedagógico está situado na QNJ 20, Área Especial 12, CEP: 72.140-200 e foi criado com a denominação de Centro de Ensino 03 de Ensino Especial. Iniciou suas atividades escolares em 28/08/73 e nesta mesma data foi inaugurado com alteração de denominação dada pela Resolução nº 95-CD de 11/02/77, passando a categoria de Centro de Ensino Especial 01 de Taguatinga. O Parecer nº 73 – CEDF, de 03/12/74 opinou favoravelmente pela instalação de funcionamento do mesmo. Teve seu reconhecimento pela Portaria nº 17 de 07/07/80 – SEC (DODF nº 129, de 10/07/80). Sua área total é de 25.200 m² e sua área construída é de 5.984,54 m².

O CEE 01 está situado na cidade satélite de Taguatinga e foi a primeira cidade oficialmente criada no Distrito Federal, antes mesmo da inauguração da nova capital do País. Foi implantada dia 5 de junho de 1958 em terras do município de Luziânia, Goiás, na Fazenda Taguatinga, a oeste de Brasília. Possui um total de 194 funcionários, sendo 144 professores, portando necessita de investir no planejamento das atividades desenvolvidas na escola.

O trabalho da escola de acordo com seu PPP visa garantir um padrão de qualidade na aprendizagem por meio dos serviços prestados, e assim deve planejar suas ações para que o desenvolvimento cognitivo e psicomotor dos alunos seja pleno, para isso o Gestor e sua equipe deve promover intervenções por meio de metas e ações, para que os professores realizem planejamentos pedagógicos no dia-a-dia das atividades.

O CEE consiste em uma unidade escolar que presta atendimento local e funciona como polo colaborador ao atendimento educacional especializado, atendendo ao corpo docente, discente e apoiando através do orientador educacional a comunidade escolar da região onde está situado. Apresenta-se, também, como mediador e articulador das discussões pedagógicas entre os profissionais da educação especial e da instituição educacional comum, tornando-se um espaço de troca de experiência, conhecimento e formação continuada, contribuindo assim com o processo de inclusão.

Constitui-se ainda, um recurso sistêmico e organizado para exercer uma função pedagógica integrada à Coordenação Regional de Ensino de Taguatinga, a fim de possibilitar o acesso e a permanência bem sucedida do Aluno portador de Necessidade Educacionais Especiais no ensino comum e na sociedade. Portanto, as funções educacionais deste Centro extrapolam seus limites físicos uma vez que promove, em âmbito local, uma diversidade de ações visando a adequação do sistema ao projeto de inclusão da Secretaria de Estado de Educação Distrito Federal.

Ainda de acordo com o seu Projeto Pedagógico a instituição contempla no seu corpo discente alunos com limitações significativas no funcionamento intelectual e comportamento adaptativo, sendo expressas nas habilidades sociais, funcionais, conceituais, práticas, baixa acuidade visual, perda auditiva ou diminuição da

capacidade de percepção normal dos sons e alunos com manifestações de transtorno global do desenvolvimento cujos quadros psicológicos, neurológicos ou psiquiátricos ocasionam atraso no desenvolvimento e no relacionamento social, em grau que requeira atendimento especializado. Essa clientela é proveniente de Taguatinga, Samambaia, Recantos das Emas, Águas Lindas, Santo Antônio do Descoberto, Ceilândia, Riacho Fundo I e II, Santa Maria e Parque da Barragem.

Os **Programas Educacionais Especializados** desenvolvidos no CEE de acordo com o PPP compõem-se de três etapas: a primeira etapa é para alunos com quatro a oito anos; a segunda etapa é para alunos com oito a quatorze anos e a terceira etapa é para alunos com quinze a vinte e um anos de idade cronológica. Todas essas etapas contemplam alunos com Deficiências Múltiplas, Deficiências Intelectuais e Transtornos Globais do Desenvolvimento.

O programa de **atendimento interdisciplinar** conforme o PPP da escola contempla alunos a partir de quatro anos de idade cronológica. Esse programa atende aos estudantes regularmente matriculados no CEE e desenvolvem ações pedagógicas interdisciplinares vinculadas às áreas de conhecimento do currículo da Educação Básica, nas suas diferentes formas de expressão, temas transversais, bem como áreas de conhecimento propostas no currículo funcional.

As atividades pedagógicas são definidas e organizadas a partir das necessidades educacionais, afinidades e da habilidade dos estudantes e das suas condições biopsicossociais.

A previsão da carga horária semanal é de no mínimo 45 minutos, em sistema de grade horária, com um professor, jornada ampliada, em turma de vinte a 30 alunos sendo ele individual ou em grupo.

O programa de **oficinas pedagógicas** atende alunos com diferentes deficiências, atendidos no currículo funcional com idade a partir de quinze anos.

O trabalho nas Oficinas Pedagógicas do Centro de Ensino Especial 01 de Taguatinga, fundamenta-se na Política Nacional de Educação Especial do MEC (1994) que propõe a seguinte definição para oficinas pedagógicas:

(...) ambiente destinado ao desenvolvimento das aptidões e habilidades de portadores de necessidades especiais, através de atividades laborativas orientadas por professores capacitados, onde estão disponíveis diferentes tipos de

equipamentos e materiais para o ensino/aprendizagem, nas diversas áreas do desempenho profissional". (MEC, 1994,p. 21).

Já a Secretaria de Educação do Distrito Federal no documento Orientação Pedagógica para a Educação Especial (2010) define o programa de oficinas pedagógicas como:

(...) um atendimento especializado voltado aos estudantes com deficiências e transtorno global do desenvolvimento a partir de 14 (quatorze) anos, matriculados nos Centros de Ensino Especial, classes especiais e classes comuns do ensino regular. Apresenta como objetivo estimular a capacidade produtiva e o desenvolvimento de competências e a aquisição de condutas sociais básicas dos estudantes voltadas para o trabalho autônomo ou protegido. (BRASILIA, 2010, p. 107)

O Centro de Ensino Especial 01 de Taguatinga, embasado nos dispositivos legais, implanta uma nova visão de trabalho com as Oficinas Pedagógicas Sócio-Motivacionais, levando em consideração os alunos e suas especificidades.

Nas atividades realizadas nas Oficinas Pedagógicas Sócio Motivacionais do Centro de Ensino Especial 01 de Taguatinga, prima-se não somente pela intervenção pedagógica de qualidade como também pelo acompanhamento da aplicabilidade de atividades contextualizadas, oportunizando ao educando a vivência das Atividades de Vida Diária e Atividades de Vida Prática, no ambiente escolar e a realização de trabalhos manuais de acordo com suas habilidades e interesses.

Observa-se que, as Oficinas Pedagógicas nos últimos anos têm recebido uma clientela com maiores comprometimentos e limitações e que os educandos necessitam adquirir maior autonomia na execução de tarefas simples, considerando que essas habilidades contribuirão para melhoria de sua qualidade de vida, nesse sentido o Currículo Funcional:

De modo geral, trata-se de um empreendimento de ensino projetado para oferecer oportunidades para nossos jovens aprenderem naturalmente habilidades que são importantes para torná-los mais independentes, produtivos e felizes em diversas áreas importantes da vida humana em família e em comunidade (CERQUEIRA, 2012).

Com o Currículo Funcional busca-se facilitar o desenvolvimento de habilidades essenciais, a participação em uma grande variedade de ambientes integrados

(FALVEY, 1982), ou seja, a ideia básica é o ensino orientado para promover a interação desse aluno com o meio em que vive.

Para implementar o Currículo Funcional é importante, segundo Cerqueira (2012) organizar o ensino e refletir cuidadosamente sobre o seu planejamento.

É necessário que se construa um plano individual de atendimento tendo como base as necessidades atuais e futuras do educando. Os objetivos deverão ser determinados a partir de sua funcionalidade para a vida, cabendo ao professor identificá-los, bem como estabelecer estratégias de mediação e utilizar metodologias adequadas para a viabilização do processo de ensino-aprendizagem.

Nessa perspectiva, o ensino consiste no acompanhamento do desempenho através da Zona de Desenvolvimento Proximal, que Vygotsky (2003) a define como “a distância entre o nível de desenvolvimento real e o nível de desenvolvimento potencial, determinado através da solução de problemas sob a orientação de um adulto ou em colaboração com companheiros mais capazes”. (VYGOTSKY, 2003 p. 112).

O nível de desenvolvimento real se caracteriza pela capacidade que a criança apresenta de resolver problemas independentemente e com autonomia. Já o nível de desenvolvimento potencial é caracterizado pela resolução de problemas com auxílio de outro mais experiente. O caminho compreendido entre os dois níveis é denominado de Zona de desenvolvimento Proximal (GARZESI, 2010).

É possível afirmar que o ensino ocorre quando o acompanhamento é oferecido em pontos da Zona de Desenvolvimento Proximal nos quais o desempenho requer acompanhamento. (GALLIMORE e THARP, 2002). Nas Oficina Pedagógicas as atividades serão realizadas pelo educando e mediada pela professora. Essa mediação será retirada progressivamente até que o aluno seja capaz de executar a tarefa sem auxílio, apenas com supervisão.

O Atendimento Educacional Especializado do Centro de Ensino Especial 01 de Taguatinga – CEE 01 ressignificando o seu trabalho, as ações pedagógicas e atendendo ao que está previsto no documento Diretrizes Pedagógicas SEDF-2009/2013 na Orientação Pedagógica no que se refere ao Programa de Atendimento Educacional Especializado Complementar, coloca-se como um Centro

de Apoio à Inclusão Educacional buscando oferecer Atendimento Educacional Especializado Complementar para os alunos inclusos nas escolas comuns, auxiliando-os no processo de desenvolvimento e aprendizagem.

Dessa forma, o CEE 01 de Taguatinga, tem como responsabilidade articular e coordenar junto à Regional de Ensino às ações pedagógicas da Política da Educação Especial propostas pela Gerência de Educação Especial no intuito de apoiar e favorecer a construção do processo de inclusão educacional. Nessa perspectiva o Centro vem por meio do Atendimento Educacional Especializado Complementar garantir que sejam reconhecidos e cumpridos os aspectos legais, atendendo as particularidades de cada aluno com deficiência incluso nas escolas comuns, disponibilizando recursos educacionais e estratégias de apoio aos ANEE's, proporcionando diferentes alternativas de atendimento.

A escola tem sua autonomia administrativa e pedagógica garantida na forma da LDB/96 e com isso deve articular mecanismos para garantir tomadas de decisões fundamentadas e que as mesmas sejam executadas.

O gestor deve promover a participação de todos no Projeto Pedagógico, sua organização, suas ações que devem ser definidas para que o padrão de qualidade atinja o patamar almejado.

Diante de todos aspectos abordados, podemos definir o problema de pesquisa da seguinte forma: **Como o a equipe gestora deve usar o planejamento como forma de incentivo aos professores na realização de suas aulas e atividades?**

Objetivos

Os objetivos constituem a *finalidade* de um trabalho científico, ou seja, a *meta* que se pretende atingir com a elaboração da pesquisa. São eles que indicam o que um pesquisador realmente deseja fazer. Sua definição clara ajuda em muito na tomada de decisões quanto aos aspectos metodológicos da pesquisa, afinal, temos que saber o que queremos fazer, para depois resolvermos como proceder para chegar aos resultados pretendidos.

a) Objetivo Geral

Analisar o uso do planejamento pela equipe gestora e a sua forma de incentivo aos professores na realização das atividades pedagógicas em sala de aula.

b) Objetivos Específicos

- ✓ Descrever a importância do planejamento diário de suas atividades junto aos professores;
- ✓ Identificar as tecnologias de aprendizagem contempladas pelo planejamento;
- ✓ Mostrar, através das tecnologias, o aperfeiçoamento e planejamento das atividades pedagógicas a serem executadas pelos professores em sala de aula;
- ✓ Contribuir para um planejamento que crie condições de realização de atividades adequadas a realidade da escola.

Metodologias de Pesquisa

a) Tipologia de Pesquisa

Após análise das coordenações no Centro de Ensino especial 01 de Taguatinga verificou-se que o uso das tecnologias assistivas podem ajudar e facilitar o trabalho dos professores com os alunos portadores de necessidades especiais.

A metodologia a ser empregada será exploratória explicativa com base em questionário com a equipe gestora, coordenadores e professores, sobre o espaço da coordenação, o planejamento das atividades, o plano pedagógico individual e o uso das tecnologias assistivas em sala de aula.

O questionário será realizado de forma que todos participem e respondam as perguntas, depois será feito o resumo das respostas com gráficos e as conclusões que a mesma evidenciou.

b) Área de Abrangência da pesquisa

O objeto deste estudo será a Educação Inclusiva e Planejamento no Centro de Ensino Especial 01 de Taguatinga que está ligado a Gerência Regional de Ensino de Taguatinga-DF e atende alunos portadores de necessidades especiais.

c) Definição da Amostra

A pesquisa será realizada com os 65 professores e 5 coordenadores com o intuito de verificar como as coordenações pedagógicas tem auxiliado o professor e como o mesmo se utiliza deste espaço para se aperfeiçoar e planeja suas aulas.

d) Procedimentos na coleta de dados

A coleta de dados é parte fundamental do estudo, pois, trará informações que serão analisadas depois passadas para gráficos e compiladas de forma que possam auxiliar a compreensão das questões propostas que serão observadas.

Fundamentação Teórica

O Brasil fez opção pela construção de um sistema educacional inclusivo ao concordar com a Declaração Mundial de Educação para Todos firmada em Jomtien, na Tailândia em 1990, e ao mostrar concordância com os postulados da Declaração de Salamanca, em 1994, onde diz que toda criança tem o direito fundamental à educação e que a ela deva ser dada a oportunidade de obter e manter nível aceitável de conhecimento e que estas devem ser trabalhadas de acordo com suas características e especificidades que lhe são próprias. (MEC,2006)

A sociedade em geral não tem conhecimento sobre a deficiência mental e muitas vezes a considera como uma doença crônica ou um problema. O estigma da deficiência é grave, transformando as pessoas cegas, surdas e com deficiências mentais ou físicas em seres incapazes, indefesos, sem direitos, sempre deixados para o segundo lugar na ordem das coisas. É necessário muito esforço para superar este estigma. Essa situação se intensifica junto aos mais carentes, pois a falta de recursos econômicos diminui as chances de um atendimento de qualidade.

O Governo tenta a implantação de programas, propostas, projetos, leis e decretos muito bonitos, mas na prática não funcionam como deveriam e ficam, na maioria das vezes, só no papel. É necessário que haja uma vontade de mudança e predisposição para fazer esta mudança, pois as Leis sem ação não servem para nada.

A inclusão só pode dar certo se forem visualizadas todas as frentes de ação, pois não adianta incluir o Portador de Necessidades Educacionais Especiais sem antes prepará-lo para tal, por exemplo, um aluno com deficiência mental que lhe impede de comunicar verbalmente com outras pessoas e não consegue escrever devido a atrofia dos membros superiores, como o professor irá trabalhar com este aluno em sala de aula se não foi feita uma forma de comunicação? Como poderá ser avaliado? Este aluno deve ser trabalhado para desenvolver uma comunicação com as pessoas seja visual, verbal ou gestual, que aprenda a utilizar as tecnologias assistivas que são ferramentas, recursos e tecnologias que ajudam o aluno portador de necessidades especiais a se comunicar e ou adaptar-se para a aprendizagem em sala

de aula, para depois ser incluído em sala de aula com os alunos ditos normais e para através da mesma poder ser avaliado pelo professor.

A integração professor-aluno só ocorre quando há uma visão despida de preconceito, cabendo ao professor favorecer o contínuo desenvolvimento dos alunos com necessidades educativas especiais. Não é tarefa fácil, mas é possível. Quando ocorre, torna-se uma experiência inesquecível para ambos. (MACIEL,2000)

Para que haja a verdadeira integração professor-aluno, é necessário que o professor da sala regular e os especialistas de educação das escolas tenham conhecimento sobre o que é deficiência, quais são seus principais tipos, causas, características e as necessidades educativas de cada deficiência. O professor precisa, antes de tudo, ter ampla visão desta área, que deve ser proveniente de sua formação acadêmica. Hoje, poucas escolas e universidades, que formam professores, abordam adequadamente a questão da deficiência em seus currículos. Urge mudar essa realidade, pois a atualização periódica também é indispensável, devendo ocorrer por meio de cursos, seminários e formação em serviço.

É importante que os professores tomem ciência do diagnóstico e do prognóstico do aluno com necessidades educativas especiais, realizando entrevistas com pais ou responsáveis para conhecer todo o histórico de vida desse aluno, a fim de traçar estratégias conjuntas de estimulação família-escola e buscando orientações de outros profissionais como psicólogos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos que estejam atendendo ou que já atenderam esses alunos, solicitando relatórios e avaliações, e pesquisem várias técnicas, métodos e estratégias de ensino, em que variáveis como o desenvolvimento da linguagem, o desenvolvimento físico e sobretudo as experiências sociais estejam presentes.

A educação na perspectiva inclusiva, deve perceber e trabalhar as diferenças entre os indivíduos como os alunos portadores de necessidades educacionais especiais nas escolas regulares, a comunidade escolar deve aprender a respeitar as diferenças entre as pessoas independente de suas deficiências, a escola precisa saber que o portador de necessidades especiais tem muito a aprender e a ensinar a si mesmo e a todos os que estão envolvidos no contexto escolar, portanto devem ser

trabalhados também de forma especial, com um currículo adaptado para suas especificidades e características próprias de ser enquanto pessoa.

A educação deve voltar-se para a formação de homens conscientes e comprometidos com a emancipação coletiva e individual e, dessa forma, contribuir para a transformação e humanização da sociedade. Infelizmente observamos que a sociedade possui uma visão de homem padronizada e classifica as pessoas de acordo com essa visão. Elegemos um padrão de normalidade e nos esquecemos de que a sociedade se compõe de homens diversos, que ela se constitui na diversidade, assumindo de outro modo às diferenças.

A dificuldade de superar a visão padronizada de homem está calcada no fato de serem concebidas as diferenças numa perspectiva qualitativa. Em outros termos, a escola tem reproduzido uma visão determinista de sociedade, classificando seus alunos em mais inteligentes e menos inteligentes.

“A deficiência mental desafia a escola comum no seu objetivo de ensinar, de levar o aluno a aprender o conteúdo curricular, construindo o conhecimento. O aluno com essa deficiência tem uma maneira própria de lidar com o saber, que não corresponde ao que a escola preconiza.”(MEC,2007)

A pesquisadora é de opinião que a Escola Inclusiva deva acolher em toda sua extensão o processo de inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas, na rede regular de ensino, mas é necessário munir os professores de ensino regular com novas atitudes, novas aquisições e novas competências.

“Se as escolas não se reorganizarem para atender a todos os alunos, indistintamente, a exclusão generalizada tenderá a aumentar, provocando cada vez mais queixas vazias e maior distanciamento da escola comum dos alunos que supostamente não aprendem.”(MEC,2007)

Pensando nisto, a escola necessita de uma filosofia de educação de qualidade para todos. Como buscar um pressuposto que seja essencial para o desenvolvimento de uma pedagogia centrada na criança, a ampliação da participação da família e da comunidade nos espaços educacionais, a organização das escolas para a

participação e aprendizagem de todos os alunos e a formação de redes de apoio à inclusão, como deve ser realizado o atendimento educacional especializado que é de direito de todo o aluno portador de necessidades educacionais especiais, pois ele tem o direito de ser trabalhado individualmente por um profissional que amenize as distorções de aprendizagem que este possa ter.

a) Educação Inclusiva

A educação inclusiva é uma questão de direitos humanos e implica a definição de políticas públicas, traduzidas nas ações institucionalmente planejadas, implementadas e avaliadas.

Para o MEC, no documento do AEE para o deficiente Intelectual: “Ensinar é um ato coletivo, no qual o professor disponibiliza a todos alunos, sem exceção, um mesmo conhecimento”, portanto todos os alunos devem ser ensinados da mesma forma.

A concepção que orienta as principais opiniões acerca da educação inclusiva é de que a escola é um dos espaços de ação e de transformação, que conjuga a ideia de políticas educacionais e políticas sociais amplas que garantam os direitos da população. Assim, a implantação de propostas com vistas à construção de uma educação inclusiva requer mudanças nos processos de gestão, na formação de professores, nas metodologias educacionais, com ações compartilhadas e práticas colaborativas que respondam às necessidades de todos os alunos.

A inclusão requer uma revolução de paradigmas de que crianças portadoras de necessidades especiais não podem estudar em salas regulares, pois não aprendem. Não significa apenas colocar pessoas “diferentes” num lugar em que não costumavam estar, a classe regular. Significa não mais conceber as necessidades especiais como imutáveis ou incapacitantes, mas perceber que são apenas alunos especiais que precisam de uma educação especializada. Significa rever o papel da escola e conscientizá-la de que sua responsabilidade é educar a todos, sem discriminação, buscando o respeito e valorização dos alunos, estabelecendo relações que possibilitem a criação de espaços inclusivos, bem como procure superar a produção, pela própria escola de necessidades educacionais especiais.

Diante desta imensa tarefa, encontram-se os profissionais de educação. A eles

cabe dar conta das reformas educacionais propostas pelas autoridades. É preciso, então, saber se estes profissionais estão preparados para tal processo, e se não, devem receber uma formação adequada para o desenvolvimento e sucesso da inclusão social dos deficientes mentais.

“Para conseguir trabalhar dentro de uma proposta educacional inclusiva, o professor comum precisa contar com o respaldo de uma direção escolar e de especialistas (orientadores, supervisores educacionais e outros), que adotam um modo de gestão escolar, verdadeiramente participativa e descentralizada.”(MEC,2007)

Até a alguns anos a criança com limitação intelectual, moderada ou severa era considerada incapaz de aprender, necessitando apenas de cuidado e proteção. Hoje sabe-se que ela é capaz, mas necessita de profissionais que o ajudem a alcançar o conhecimento.

Segundo Vygotsky (1989), a aprendizagem tem um papel fundamental para o desenvolvimento do saber, do conhecimento. Todo e qualquer processo de aprendizagem é ensino-aprendizagem, incluindo aquele que aprende, aquele que ensina e a relação entre os dois. A aprendizagem é produto da ação dos adultos que fazem mediação no processo de aprendizagem das crianças. O adulto usa ferramentas culturais tais como a linguagem e outros meios no processo de mediação.

O professor tem o papel explícito de interferir no processo, diferentemente de situações informais nas quais a criança aprende por imersão em um ambiente cultural. O papel do docente é provocar avanços nos alunos. O aluno não é somente o sujeito da aprendizagem, mas, aquele que aprende junto ao outro o que seu grupo social produz, tal como: valores, linguagem e o próprio conhecimento. Dentro deste contexto defendemos a adaptação curricular para os alunos portadores de necessidades educacionais especiais, pois estes devem ser ensinados o que é aceito pela comunidade em que este inserido sem a necessidade de conteúdos que sabemos não serem necessários para o seu dia-a-dia, ou seja, um currículo funcional e adaptado.

No processo de inclusão, a aprendizagem deve acontecer com as devidas modificações e reorganização de todo o sistema educativo. O professor deve assumir uma atitude crítica, reflexiva, sobre as estratégias adotadas, e o projeto pedagógico da escola deve contar com um planejamento que atenda a todas as necessidades, pois o que é aprendido na escola, já não oferece ao aluno a confiança do saber

atualizado. O conhecimento estruturado e construído em bases “sólidas” em duros anos de estudo precisa ser permanentemente reconstruído. Não há espaços para certezas ou verdades definitivas. O conhecimento nunca é um reflexo ou espelho da realidade.

O conhecimento é sempre uma tradução, seguida de uma reconstrução e esta reconstrução deve ser feita de todas as formas através da inclusão, pois, os alunos portadores de necessidades educacionais especiais devem construir seu lugar na sociedade e principalmente na escola, onde devem ser inseridos no seu espaço e trabalhados conforme os diversos saberes, pois, mesmo com dificuldades de aprendizagem estes alunos podem aprender, aprender a ser, aprender a fazer e aprender a conviver com os outros.

A partir do momento em que o sistema educacional proporciona a oportunidade de crianças e adolescentes em idade escolar frequentar a escola pública, esta se defronta com a questão do currículo a ser proposto, sem dúvida um desafio aos educadores que atuam junto a esta população.

“... todas as crianças deveriam aprenderem juntas, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que possam ter. As escolas inclusivas devem reconhecer e responder as necessidades de seus alunos, acomodando tanto estilos como ritmos diferentes de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos, por meio de currículo apropriado, modificações organizacionais, estratégias de ensino, uso de recursos e parcerias com a comunidade (...) dentro das escolas inclusivas, as crianças com necessidades educacionais especiais deveriam receber qualquer apoio extra que possam precisar, para que lhes assegure uma educação efetiva (...)” (Mendes, 2002p.75).

Quando se fala de educação inclusiva precisa, como o professor deve ser preparado para lidar com as diferenças, com a singularidade e a diversidade de todas as crianças e, a partir disto como realizar as observações, ajustar as intervenções pedagógicas ao processo de aprendizagem dos diferentes alunos, de modo que possa lhes possibilitar um ganho significativo do ponto de vista educacional, afetivo e sociocultural. Como aprender a trabalhar com a instrumentalização que lhe possibilite estruturar sua própria prática pedagógica para atender às distintas formas de aprendizagem de seu alunado que deve ser avaliado continuamente para ver a eficácia do ensino e o professor deve atuar em equipe com professores especializados

no ensino especial.

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica descreve sobre a complementação exigida de acordo com as características e necessidades dos alunos, tendo que completar, enriquecer, ampliar a base curricular nacional. Deve beneficiar, inclusive, os educandos com graves comprometimentos, sejam eles mentais ou múltiplos, deve-se trabalhar com o currículo adaptado sobressaindo-se apenas os conteúdos básicos para sua convivência na sociedade, como as atividades de vida autônoma e social, integração social, noções matemáticas e de linguagem.

No processo de inclusão, a escola pensa que a aprendizagem deve acontecer com as devidas modificações e reorganização de todo o sistema educativo. Será que o professor deve assumir uma atitude crítica, reflexiva, sobre as estratégias adotadas? E o projeto pedagógico da escola deve contar com um planejamento que atenda a todas as necessidades dos alunos centrados nos saberes da educação, tendo como premissa um desenvolvimento que respeite o individual, o coletivo, a identidade cultural e o próprio planeta?

As adaptações curriculares devem constituir-se em modificações acentuadas no currículo básico, no planejamento individual e coletivo. Nessa perspectiva abre espaço para mudança dos objetivos, criando propostas alternativas, como simplificar, ampliar, reduzir ou eliminar ações e conteúdos quando necessário. Em consequência das mudanças de objetivos, tudo é alterado de forma alternativa: a organização do espaço, das mobílias, diversidade de avaliação, equipamentos. As adaptações didático-metodológicas devem ser reavaliadas constantemente.

A vivência escolar tem demonstrado que a inclusão pode ser favorecida quando se observam as seguintes providências: preparação e dedicação dos professores; apoio especializado para os que necessitam; e a realização de adaptações curriculares e de acesso ao currículo, se pertinentes. O corpo docente deve partilhar a responsabilidade do ensino ministrado a crianças com necessidades especiais, as escolas regulares devem combater a discriminação e criar uma comunidade acolhedora e criar procedimentos flexíveis para adaptação curricular.

As medidas de adequação curricular requerem análise à parte, pois o aluno especial deve ter um atendimento educacional especializado garantido por lei, deve ter ao seu alcance forma de facilitar sua aprendizagem com professores especializados na área e recursos tecnológicos e didáticos para facilitar sua aprendizagem na escola inclusiva; no entanto, o currículo pode constituir um grande obstáculo para os alunos com necessidades educacionais especiais na escola regular, especialmente quando ele se impõe uma referência homogênea a ser alcançada por todos os educandos, independentemente das condições particulares que possam apresentar.

O que se busca e se incentiva atualmente é a construção de currículos abertos, transformadores e com novas prescrições, de modo a contemplar os que possam não corresponder à expectativa de “Normalidade” da comunidade escolar, que deve ser previsto já no seu projeto pedagógico o que irá nortear todo o trabalho escolar durante o ano letivo.

Na estruturação de um currículo para uma clientela mais comprometida, em que o foco deverá ser o desenvolvimento das habilidades mais relevantes da vida diária do aluno, de forma a possibilitar que ele participe tão independentemente quanto possível na sua comunidade, pois, ele deve se sentir capaz e útil na sala de aula não necessitando que tenha que concluir todo o currículo escolar necessário para uma criança que irá progredir nos estudos chegando a uma vida profissional, já os alunos com necessidades especiais e especificamente o deficiente mental mais severo não tem tal perspectiva, então por que imputar-lhe um currículo maçante deixando-o retido anos a fio numa mesma série sendo que, se adaptarmos o currículo individualmente observando as especificidades de cada aluno ele poderia receber seu certificado de conclusão no segmento que conseguiu concluir fazendo assim sua terminalidade nos estudos e dando uma nova perspectiva para este aluno na profissionalização dentro dos centros de ensino especiais, mais especificamente nas Oficinas Pedagógicas que lhe dará uma forma de profissionalização ou para o mercado competitivo como para o protegido como, por exemplo, o trabalho feito pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais(APAE). Já o aluno que devido a seu comprometimento não se desenvolver com o currículo adaptado, o professor deverá oportunizar aprendizagem na teoria com conceitos básicos de um currículo funcional

e dar continuidade desta aprendizagem com diversas metodologias procurando desenvolver a percepção, discriminação visual, coordenação motora fina, identificação do aprendizado na teoria e na prática definindo suas habilidades e competências para a sua funcionalidade na comunidade em que vive.

Currículo funcional é aquele que facilita o desenvolvimento de habilidades essenciais, a participação em uma grande variedade de ambientes integrados.

As habilidades funcionais serão aquelas frequentemente exigidas nos ambientes domésticos e na comunidade, como varrer a casa, se vestir com independência, fazer sua higienização sem necessidade de ajuda, se locomover com autonomia e se possível pegar ônibus para ir aos locais de sua necessidade.

Como determinar o que é funcional? Depende de diferentes fatores. Aquela habilidade que pode ser considerada funcional numa determinada comunidade, poderá não ser em outra. Portanto, ao eger-se os objetivos funcionais para ensinar, é necessário ter em mente aquilo que a pessoa portadora de deficiência necessita aprender para ser exitosa e aceitável em seu meio, como qualquer outra dessa mesma comunidade.(SUPLINO,2009p.51),

Para determinar se uma atividade curricular é funcional ou não, o professor deve se perguntar: caso o aluno não aprenda a desempenhar esta atividade, alguém terá que fazer isto para ele? Se a resposta for sim, a atividade muito provavelmente será funcional.

É importante que estes alunos adquiram e desempenhem outras atividades que não sejam funcionais, uma vez que elas irão melhorar a sua qualidade de vida, como as atividades manuais que serão desenvolvidas juntamente com o currículo funcional.Os educadores terão a responsabilidade de selecionar e proporcionar atividades que permitam ao aluno apreciar e desenvolver o conteúdo previsto.

A integração professor-aluno só ocorre quando há uma visão despida de preconceito, cabendo ao professor favorecer o contínuo desenvolvimento dos alunos com necessidades educativas especiais. Não é tarefa fácil, mas é possível. Quando ocorre, torna-se uma experiência inesquecível para ambos.

As políticas e as práticas que promovem a inclusão social devem comunicar aos membros da escola que cada um é uma parte desejável, de valor, e importante peça da comunidade da escola. Além do mais, devem comunicar que cada aluno é igualmente digno de receber instrução da mais alta qualidade possível, e não algo para os alunos que são etiquetados como “talentosos” ou para os alunos etiquetados como “incapazes”. Não se deve dar mais privilégio a um aluno porque ele é um atleta de sucesso, ou poucos privilégios para um que não seja. As diferenças e as individualidades devem ser reconhecidas como aspectos positivos entre todos os indivíduos, e não grupos predefinidos ou somente a alguns membros da escola.

Os professores devem ter o conhecimento do Atendimento Educacional Especializado para facilitar o seu trabalho e ajudar o aluno com necessidades educacionais especiais a entender e apreender a matéria dada em determinada aula; este atendimento refere-se ao que é necessariamente diferente da educação em escolas comuns e que é necessário para melhor atender às especificidades dos alunos com deficiência, complementando a educação e deve estar disponível em todos os níveis da educação e deve ser oferecido em horário contrário ao da aula.

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica descreve sobre a complementação exigida de acordo com as características e necessidades dos alunos, tendo que completar, enriquecer, ampliar a base curricular nacional. Deve beneficiar, inclusive, os educandos com graves comprometimentos, sejam eles mentais ou múltiplos.

No processo de inclusão, a aprendizagem deve acontecer com as devidas modificações e reorganização de todo o sistema educativo. O professor deve assumir uma atitude crítica, reflexiva, sobre as estratégias adotadas, e o projeto pedagógico da escola deve contar com um planejamento que atenda a todas as necessidades.

A inclusão requer uma revolução de paradigmas. Não significa apenas colocar pessoas “diferentes” num lugar em que não costumavam estar, a classe regular. Significa não mais conceber as necessidades especiais como imutáveis ou incapacitantes. Significa rever o papel da escola e conscientizá-la de que sua responsabilidade é educar a todos, sem discriminação.

O professor tem o papel explícito de interferir no processo, diferentemente de situações informais nas quais a criança aprende por imersão em um ambiente cultural. O papel do docente é provocar avanços nos alunos. O aluno não é somente o sujeito da aprendizagem, mas, aquele que aprende junto ao outro o que seu grupo social produz, tal como: valores, linguagem e o próprio conhecimento. Dentro deste contexto defendemos a adaptação curricular para os alunos portadores de necessidades educacionais especiais, pois estes devem ser ensinados o que é aceito pela comunidade em que este inserido sem a necessidade de conteúdos que sabemos não serem necessários para o seu dia-a-dia, ou seja, um currículo funcional e adaptado.

No processo de inclusão, a aprendizagem deve acontecer com as devidas modificações e reorganização de todo o sistema educativo. O professor deve assumir uma atitude crítica, reflexiva, sobre as estratégias adotadas, e o projeto pedagógico da escola deve contar com um planejamento que atenda a todas as necessidades.

b) Planejamento Curricular

As adaptações curriculares constituem-se em modificações acentuadas no currículo básico, no planejamento individual e coletivo. Nessa perspectiva abre espaço para mudança dos objetivos, criando propostas alternativas, como simplificar, ampliar, reduzir ou eliminar ações e conteúdos quando necessário. Em consequência das mudanças de objetivos tudo é alterado de forma alternativa: a organização do espaço, das mobílias, diversidade de avaliação, equipamentos. As adaptações didático-metodológicas devem ser reavaliadas constantemente.

A vivência escolar tem demonstrado que a inclusão pode ser favorecida quando se observam as seguintes providências: preparação e dedicação dos professores; apoio especializado para os que necessitam; e a realização de adaptações curriculares e de acesso ao currículo, se pertinentes.

Tais medidas de adequação curricular requerem análise à parte. De modo geral, o currículo pode constituir um grande obstáculo para os alunos com

necessidades educacionais especiais na escola regular, especialmente quando ele se impõe uma referência homogênea a ser alcançada por todos os educandos, independentemente das condições particulares que possam apresentar. O que se busca e se incentiva atualmente é a construção de currículos abertos, transformadores e com novas prescrições, de modo a contemplar os que possam não corresponder à expectativa de “normalidade” da comunidade escolar.

Na estruturação de um currículo para uma clientela mais comprometida, em que o foco deverá ser o desenvolvimento das habilidades mais relevantes da vida diária do aluno, de forma a possibilitar que ele participe tão independentemente quanto possível na sua comunidade. O professor deverá oportunizar aprendizagem na teoria com conceitos básicos de um currículo funcional e dar continuidade desta aprendizagem com diversas metodologias procurando desenvolver a percepção, discriminação visual, coordenação motora fina, identificação do aprendizado na teoria e na prática definindo suas habilidades e competências.

O planejamento escolar é a ferramenta mais importante da escola para a realização e concretização de uma educação de qualidade e a gestão escolar deverá exercer um papel preponderante neste contexto:

Para que a escola pública de hoje realize sua função social, são necessárias ações, da gestão escolar ao especificamente pedagógico, passando pelas políticas públicas, que garantam o acesso e permanência, e uma escolarização de qualidade capaz de propiciar o enfrentamento do processo de exclusão social da imensa parte da população que tem na escola a principal possibilidade de construção de sua cidadania. (SOUZA,2005p.2)

O gestor precisa reconhecer sua responsabilidade e incentivar os professores a planejar as atividades pedagógicas, pois o trabalho pedagógico se torna mais complexo com alunos portadores de necessidades educacionais especiais, o planejamento das atividades deve ser individualizado, pois cada aluno é uma realidade diferente com habilidades e características únicas.

Na Psicologia da educação Vygotsky(1988) diz que o desenvolvimento da criança não acontece independentemente das relações sociais, ou seja, o desenvolvimento e todo o conhecimento da criança parte das interações sociais pelas

quais ela esta envolvida, isto é em primeiro lugar as relações com a sua família, depois com sua comunidade e, por conseguinte com a sociedade da qual faz parte, como a escola aonde esta matriculado, aonde terá a possibilidade de formação de sua autonomia moral e intelectual.

O desenvolvimento cognitivo do homem não pode ser entendido fora do contexto social, pois este é uma conversão das relações sociais em funções mentais. No inicio a criança aprende através da mediação de um adulto ou de outra criança, toda função aparece duas vezes primeiro em nível social com as relações entre pessoas que é interpessoal e depois, em nível individual que se dá no interior da própria criança, intrapessoal. Percebemos então que há um desenvolvimento da criança em relação ao conhecimento, uma internalização de signos, pois no inicio ela entende os signos que lhe são mostrados e com que ela convive, mais tarde através das relações interpessoais ela passa a compartilhar estes significados socialmente através da linguagem, que é o mais importante sistema de signos, principalmente para a criança porque a libera dos vínculos contextuais imediatos, ou seja, permite que a criança se afaste cada vez mais do contexto concreto e se utilize do significado.

O homem se produz pela linguagem, é na interação com outros que formas de pensar são constituídas por meio da apropriação do saber da comunidade em que está inserido o sujeito. A relação entre homem e mundo é uma relação mediada, pois existem elementos que auxiliam a atividade humana, portanto para Vygotsky a criança aprende através da mediação de um adulto ou de outra criança. Assim como exige-se a utilização de instrumentos para transformar a natureza, da mesma forma exige-se o planejamento, a ação coletiva, a comunicação social. Pensamento e linguagem associam-se devido a necessidade de intercambio durante a realização do trabalho. Antes disso a criança tem a capacidade de resolver problemas práticos, de fazer uso de determinados instrumentos para alcançar determinados objetivos. Vygotsky chama isto de fase pré-verbal do desenvolvimento do pensamento e uma fase pré-intelectual no desenvolvimento da linguagem.

Para Vygotsky(1989) o desenvolvimento da criança é diferenciado da idade cronológica com a cognitiva ou mental, pois crianças com idade de 8 anos estão em diferentes níveis de aprendizagem, umas com mais grau de conhecimento e outras com menos que é definida como zona de desenvolvimento proximal que é a distancia

do nível de desenvolvimento cognitivo real do indivíduo, tal como medido por sua capacidade de resolver problemas independentemente. Verificamos isto em nossas salas de aula as crianças com a mesma faixa etária e com níveis de aprendizagem completamente diferentes uns dos outros, fazendo com que o professor tenha que trabalhar de forma diversificada em sala de aula. Apoiados na teoria de Vygotsky, o professor deve ser o mediador na aprendizagem do aluno e não o mentor dessa aprendizagem, pois a interação social é que provoca a aprendizagem deve ocorrer dentro da zona de desenvolvimento potencial e tem um papel importante na determinação dos limites dessa zona.

Segundo Vygotsky (1989), a aprendizagem tem um papel fundamental para o desenvolvimento do saber, do conhecimento. Todo e qualquer processo de aprendizagem é ensino-aprendizagem, incluindo aquele que aprende, aquele que ensina e a relação entre os dois. A aprendizagem é produto da ação dos adultos que fazem mediação no processo de aprendizagem das crianças. O adulto usa ferramentas culturais tais como a linguagem e outros meios no processo de mediação. O professor deverá levar em conta todo o histórico do aluno portador de necessidades educacionais especiais para realizar o planejamento das aulas que pretende desenvolver com o aluno e qual o caminho que irá percorrer para atingir o objetivo, levando em conta o uso das tecnologias assistivas que poderão auxiliar suas atividades e alcance de seus objetivos.

A participação do professor na elaboração e execução do projeto da escola deve ser ativa, pois ele mais do que nunca deverá prever formas direcionadas para trabalhar com seu aluno, é quem estará mais próximo dele e portando quem buscará maneiras de facilitar seu trabalho durante todo o ano letivo.

A educação é importante para o homem, pois desenvolve seus conhecimentos e o ajuda a aprimorar suas relações sociais, daí a importância do professor que deve estar sempre atualizado e acompanhar as mudanças da sociedade juntamente com a escola em que esta inserido.

O educador deve rever o seu papel na elaboração do planejamento, pois o planejamento escolar é um instrumento facilitador do seu trabalho, principalmente na sala de aula onde a inclusão é uma realidade, o professor deve se preparar em como

trabalhar com o aluno com necessidade educacional especial e com o restante da turma.

Em qualquer instituição o planejamento deve ser discutido, revisto, reelaborado e avaliado, pois o planejamento é uma atividade de caráter político e ideológico e representa a tomada de decisões e posicionamentos que poderão provocar transformações e mudanças no ensino-aprendizagem.

O planejamento constitui-se a instrumento utilizado pelo educador para direcionar a sua ação, deve partir do conhecimento da realidade concreta, deve está em permanente processo de avaliação e reflexão e, principalmente, deve ser construído coletivamente, atentando para a dimensão técnica, já que se define a maneira como será estruturado e também política, pois, proporcionará a mudança de atitude. (SANTOS, 2010)

Ao planejar suas atividades o professor pode se antecipar aos acontecimentos que podem ocorrer na ação pedagógica e se preparar para lidar com eles, pode também aprender a utilizar ferramentas tecnológicas para trabalhar com seu aluno e melhorar a qualidade do ensino. O professor deve avaliar o planejamento de suas atividades constantemente, juntamente com a coordenação visando sempre uma mudança de atitude.

Todo o planejamento escolar é regulamentado por normas e leis, deve ser discutido e analisado pelo corpo docente e toda a comunidade escolar deve haver reflexão a cerca da prática dos professores, das metodologias utilizadas, e até mesmo sobre a socialização das estratégias utilizadas em sala de aula.

O planejamento deve levar o gestor a conhecer e analisar os alunos, a realidade em que estão inseridos, suas características e especificidades, conhecer recursos pedagógicos para auxiliar e ajudar os professores a trabalhar essas especificidades, promover e incentivar a participação dos professores em cursos de formação, incentivar o uso do laboratório de informática e o uso das tecnologias assistivas em sala de aula. Com isso o gestor poderá ajudar os professores e toda a sua equipe a realizar um bom trabalho pedagógico com resultados positivos no

fim de cada ano letivo, pois este também é um educador e possui grande importância no ambiente escolar.

O ato de planejar não é simples e muito menos fácil, e mostrar seus resultados e ainda mais complicado, muitos professores e até gestores o fazem muitas vezes por imposição e este deve ser feito visando um trabalho pedagógico por excelência, cabe ao gestor o trabalho de mostrar a todos a importância da dedicação de cada um na elaboração e participação do mesmo, pois precisamos ter muita certeza de nosso trabalho e segurança no que planejamos para podermos mostrar com eficácia quais foram os resultados desse planejamento, e a avaliação é a forma mais clara e transparente de expor o que foi programado.

É necessário criar instrumentalização que estimule os professores na realização de um trabalho coerente e contextualizado à realidade do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, e que apresente como meta o incentivo à aprendizagem.

A escola por intermédio do conselho escolar deverá viabilizar atividades que fomentem o crescimento do grupo educacional. Assim o incentivo desse grupo é de suma importância, uma vez a falta de compromisso de alguns docentes e do corpo funcional prejudicará, consideravelmente todo o processo evolutivo do desenvolvimento educacional e a Gestão Democrática.

A importância do Projeto Político Pedagógico acontece em virtude de uma proposta, a fim que se quer alcançar um determinado objetivo e o trabalho pedagógico com alunos portadores de necessidades educacionais especiais é mais complicado e necessita de recursos e ferramentas tecnológicas para auxiliar e facilitar o trabalho pedagógico com o aluno em sala de aula, aumentando assim sua resposta em aprendizagem, para isso o gestor deve incentivar e promover cursos e atividades para que os professores conheçam as tecnologias assistivas disponíveis na escola e que pode ser usada em sala de aula.

c) Tecnologia Assistiva

A Tecnologia Assistiva é um termo utilizado para identificar todo o arsenal de recursos, softwares, hardwares e serviços que podem contribuir, proporcionar ou ampliar habilidades funcionais de pessoas com deficiência e consequentemente promover a Inclusão.

Os recursos são todo e qualquer equipamento ou parte dele, produto fabricado em série ou sob medida utilizado para aumentar, manter ou melhorar as capacidades funcionais das pessoas com deficiência. Os Serviços, são definidos como aqueles que auxiliam diretamente uma pessoa com deficiência a selecionar, comprar ou usar os recursos acima definidos. (SARTORETTO, 2014). Nos recursos estão incluídos brinquedos e roupas adaptadas, computadores, softwares e hardwares especiais, que contemplam questões de acessibilidade, dispositivos para adequação da postura sentada, recursos para mobilidade manual e elétrica, equipamentos de comunicação alternativa, chaves e acionadores especiais, aparelhos de escuta assistida, auxílios visuais, materiais protéticos e milhares de outros itens confeccionados ou disponíveis comercialmente, muitos deles disponíveis nas escolas e que podem ser adaptáveis pelo próprio professor.

Através da tecnologia assistiva a pessoa com deficiência tem a possibilidade de maior independência, qualidade de vida e inclusão social, através da ampliação de sua comunicação, mobilidade, controle de seu ambiente, habilidades de seu aprendizado, trabalho e integração com a família, amigos e sociedade.

A utilização de tecnologias educacionais no contexto escolar está em processo de estruturação em muitas escolas e muitos professores ainda não tem os conhecimentos necessários para sua utilização, mas o Ministério da Educação, através do PROINFO (Programa de Informática na Escola) tem investido em equipamentos de informática para utilização nas salas de aula. Além dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) (1998) que preveem o uso de recursos tecnológicos no processo de ensino aprendizagem mostram que a tecnologia esta começando a se tornar mais presente no cotidiano das escolas.

As novas tecnologias estão sendo apresentadas ao professor de forma muito veloz na escola e em diversos ambientes sociais, portanto é de suma importância a escola analisar sobre a utilização das tecnologias no processo de trabalho docente, pois as mesmas podem promover modificações concretas no ensino-aprendizagem melhorando as respostas dos alunos.

A instituição escolar vem assistindo ao movimento de inserção de tecnologias em seu ambiente sem, de fato, compreender as implicações destas tecnologias no trabalho de seus profissionais e na própria formação de seus alunos, o gestor deve compreender que o uso das tecnologias no projeto da escola e no planejamento do professor pode auxiliar no desenvolvimento das potencialidades humanas, valorização de habilidades, expectativas positivas e da qualidade de vida, as quais incluem recursos de comunicação alternativa, de acessibilidade ao computador, de atividades de vida diárias, de orientação e mobilidade, de adequação postural, de adaptação de veículos, órteses e próteses, entre outros.

Utilizar as tecnologias na escola é buscar, com criatividade, uma alternativa para que o aluno realize o que deseja ou precisa. É encontrar uma estratégia para que ele possa *fazer* de outro jeito. É valorizar o seu jeito de fazer e aumentar suas capacidades de ação e interação a partir de suas habilidades. É conhecer e criar novas alternativas para a comunicação, escrita, mobilidade, leitura, brincadeiras, artes, utilização de materiais escolares e pedagógicos, exploração e produção de temas através do computador, etc. É envolver o aluno ativamente, desafiando-se a experimentar e conhecer, permitindo que construa individual e coletivamente novos conhecimentos. É retirar do aluno o papel de espectador e atribuir-lhe a função de ator.

Dentro desta perspectiva o corpo docente deverá assumir a sua função de agente transformador da realidade pedagógica e contextualizá-la à realidade histórica de seus alunos, para tanto é necessário o reconhecimento de suas potencialidades e seja capaz de superar paradigmas inclusive do seu grupo de trabalho. Assim sendo é importante que haja a participação de todos a equipe escolar e da comunidade na construção de um projeto pedagógico que valorize as valores e crenças e que esteja aberto para assumir as mudanças necessárias com a aplicação de novas técnicas que possam transformar as teorias em práticas educacionais.

O objetivo geral deste trabalho; encontra-se baseado no fato de que é necessário valorizar o profissional da educação e que haja uma participação com dedicação e instrumentalização.

1. ANÁLISES, RESULTADOS E DISCUSSÕES

A pesquisa foi realizada com cerca de 65 professores e 4 coordenadores do Centro de Ensino Especial 01 de Taguatinga, foi solicitado que os mesmos respondessem a um questionário para que fosse realizado o levantamento sobre o planejamento e o uso das Tecnologias Assistivas na escola.

Ao realizar este trabalho verificou-se que a maioria dos professores são resistentes ao planejamento, muitos não o fazem o que dificulta o trabalho coletivo do docente, do gestor e claro do discente que é a peça mais importante do ensino-aprendizagem.

O trabalho pedagógico possui uma natureza (sempre) coletiva. Essa afirmação se sustenta no pressuposto de que todas as ações na escola, ainda que decididas e executadas individualmente, convergem para um mesmo alvo: a formação do aluno. Por exemplo, cada ação individual, de cada professor isoladamente, é apropriada pelo educando formando um conjunto de ideias, valores, conhecimentos, etc... que, no decorrer do processo educativo, compõem o objeto de sua formação. É evidente que a ausência de um planejamento coletivo dessas ações resulta, muitas vezes, em práticas desordenadas, desconexas ou mesmo conflitantes. Por essa razão, impõe-se o imperativo de que pensar e fazer planejamento em educação pressupõe a organização do trabalho de forma coletiva. (SOUZA, 2005)

Levando em consideração as respostas dos entrevistados em relação a pergunta: O que é Planejamento para você? Todos os professores e coordenadores têm a opinião de que o planejamento é organizar por antecipação uma ação ou uma série de atividades, permitindo melhor aproveitamento do tempo e dos recursos que serão utilizados na sala de aula. Estruturação da atuação enquanto professor e a organização do processo ensino-aprendizagem, percebe-se então que as respostas são é unânimes quanto a importância do ato de planejar, nem por isso o planejamento é realizado por todos.

Sobre a importância de planejar as aulas, também percebe-se que teoricamente todos concordam que planejar norteia o desenvolvimento da prática pedagógica, organiza e minimiza os imprevistos que podem surgir e que o planejamento ajuda a executar e permitir previsibilidade do fazer pedagógico, mas

infelizmente existem professores que não realizam o planejamento de suas aulas o que evidentemente dificulta o fazer pedagógico em sala de aula.

O planejamento deve ser coletivo e democrático, pouco adianta planejar se não é para sanar dificuldades de nossos educandos. Ele existe na vida dos seres para fazer a diferença, para transformar, mudar, para podermos nos programar e realizar o que planejamos de acordo com nossas necessidades. (BRANCO, 2009)

Todos os professores e coordenadores pesquisados conhecem o Projeto Político Pedagógico da escola, até porque os mesmos participam de sua execução no início do ano, para que seja avaliado o do ano anterior e produzido o do ano vigente. A direção após a conclusão do PPP envia para toda a comunidade escolar por e-mail, para que todos possam avaliar durante o ano letivo. O Projeto da escola segundo os mesmos prevê o uso das tecnologias assistivas através do Laboratório de Informática e de recursos disponíveis em salas de aula, todos consideram que a equipe direta ajuda sempre que solicitada, disponibilizando o que for necessário para a execução das atividades em sala de aula.

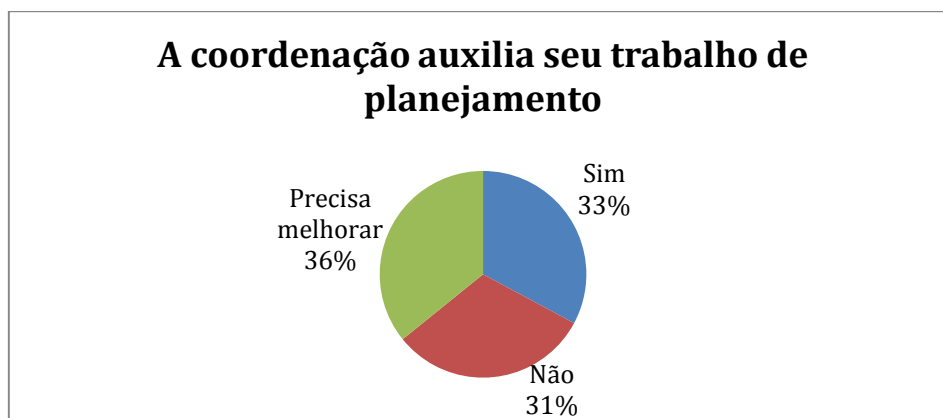
Como trabalham com alunos portadores de necessidades especiais vários professores fazem uso das Tecnologias em sala de aula, há o uso de tablets para complementar as atividades pedagógicas, outros fazem uso do Sistema de Comunicação por Troca de Figuras (PECS) onde o aluno se comunica com o professor através de figurinhas do dia-a-dia dele e das atividades que são realizadas em sala de aula, outros fazem uso do computador em sala de aula para a comunicação, pois alguns alunos conseguem através de um adaptador manual digitar palavras e se comunicar com o professor, outros ainda usam de adaptadores para lápis de escrever, colheres para alimentação e a prancha livre de comunicação que é uma prancha com letras onde o aluno pode formar palavras e se comunicar com o professor, no laboratório de informática faz-se o uso do DOSVOX que é um sistema para computadores que se comunica com o usuário através de síntese de voz, viabilizando, o uso de computadores por deficientes visuais ou baixa visão, no Laboratório de Informática também são utilizados vários jogos educativos e pedagógicos, os professores planejam suas aulas viabilizando o uso dos jogos, pois

os mesmos retêm a atenção dos alunos e ajudam a aprender de forma mais dinâmica, atrativa e motivadora.

Mas para serem utilizados com fins educacionais os jogos precisam ter objetivos de aprendizagem bem definidos e ensinar conteúdos das disciplinas aos usuários, ou então, promover o desenvolvimento de estratégias ou habilidades importantes para ampliar a capacidade cognitiva e intelectual dos alunos (Gros, 2003).

O planejamento do trabalho com os alunos são feitos individualizados, ou seja, cada aluno tem o seu Plano Pedagógico Individual (PPI) levando em consideração sua deficiência, habilidades e competências.

Na questão sobre a equipe de coordenação auxiliar o trabalho de planejamento segue as respostas no gráfico abaixo:



Fonte: pesquisa autoral (2014)

Apesar de haver o horário para coordenação e a equipe diretiva exigir o seu cumprimento, não há um trabalho direcionado para o planejamento do professor, pois muitas vezes o coordenador não tem experiência suficiente e nem conhecimento sobre o uso das tecnologias assistivas para auxiliar o professor, quanto aos recursos que podem ser utilizados com seu aluno, e devido as especificidades de cada turma o mesmo não consegue auxiliar a todos com atividades diversificadas para o atendimento diferenciado em cada sala de aula, muitas vezes são os próprios colegas que auxiliam e ajudam uns aos outros para a realização das atividades.

A maioria dos professores pensa que a equipe gestora deveria ajudar mais quanto ao planejamento das atividades, promover estudos, palestras e cursos sobre o planejamento e o uso das tecnologias de Informação para auxiliar melhor seus professores, pois os coordenadores da escola e o supervisor pedagógico não tem

conhecimento sobre o assunto e portanto não tem auxiliado como deveria; segundo eles a equipe gestora apoia o uso, se você enquanto professor conhece sobre a utilização da tecnologia que pretende utilizar em sala de aula com seu aluno, a equipe sempre encontra meios para ajudar o professor a conseguir o que quer e cumprir assim seu planejamento em sala de aula.

Em relação as questões respondidas pela equipe gestora concluiu-se que esta precisa fazer cursos, estudos e conhecer as tecnologias existentes para que possa auxiliar seu professor sempre que necessário, principalmente por se tratar de uma instituição de Ensino Especial onde a mesma deve trabalhar com os alunos para que sejam incluídos no Ensino Regular com o mínimo de perda pedagógica.

A Equipe Gestora deve promover estudos, cursos, palestras sobre o assunto e apoiar o professor sempre que solicitada, não é só entregar as tecnologias na mão do professor, mas saber como este está trabalhando e se os objetivos estão sendo alcançados, portanto a equipe precisa conhecer os recursos, softwares e hardwares que podem auxiliar a aprendizagem do aluno portador de necessidades especiais.

CONCLUSÃO

Sabe-se que o ato de planejar não é fácil, principalmente quando se trata de estudantes portadores de necessidades especiais, pois cada um tem uma peculiaridade e especificidade diferente do outro. O professor que trabalha com esta clientela sabe que deve desenvolver um planejamento individual vendo as características de cada aluno e isto não é fácil, mas é a realidade da Inclusão.

Para o professor que trabalha com a inclusão se torna ainda mais problemático, pois ele terá que fazer o planejamento para a turma regular e adaptar este planejamento e conteúdo para o aluno portador de necessidades especiais, fazendo com que ele tenha a melhor compreensão possível sobre o assunto em sala de aula, claro que este professor tem como apoio o professor do atendimento educacional especializado na sala de recursos, mas nem por isso ele pode esquecer de preparar sua aula pensando no aluno da inclusão.

Após a realização da pesquisa com os professores que se disponibilizaram a participar da mesma, vemos que todos têm a compreensão da importância da coordenação, mas ainda existe muita resistência para a realização da mesma, alguns pensam que podem executar suas aulas sem o planejamento, mas quem realiza o mesmo percebe a melhora na aprendizagem do aluno e nas respostas aos objetivos determinados pelo professor. Percebe-se também que a equipe gestora precisa de maior preparação e conhecimento em relação às Tecnologias assistivas os horários das coordenações existem, mas muitas vezes os professores não se sentem seguros em como trabalhar e como ajudar seu aluno. A equipe gestora auxilia no que compete a ela, como fornecer os recursos quando solicitados, o acesso à internet, materiais pedagógicos e incentivo ao planejamento, pois sabe que é primordial para o bom desenvolvimento pedagógico da escola, mas percebe-se também que devido a esta falha da equipe gestora os próprios professores tem se apoiado, ou seja, nos horários de coordenações os professores que possuem conhecimento sobre as Tecnologias ajudam os colegas a produzirem seus planejamentos e a como fazer uso das mesmas, o que é muito positivo, pois explicam como utilizar as tecnologias e qual o melhor software ou hardware que é melhor adaptável para os alunos.

Algo bastante positivo da equipe gestora é manter a sala de informática ativa na escola e exigir que os professores desenvolvam projetos específicos para seus alunos, ou seja com o apoio dos professores que fizeram o curso do PROINFO do MEC, os professores regentes produzem um projeto específico para seu aluno e podem em horário pré-determinado utilizarem a sala de informática para a realização do projeto, no fim do ano letivo é realizada a Mostra Cultural onde todos os trabalhos desenvolvidos com os alunos são expostos para que toda a comunidade escolar possa contemplar e conhecer os trabalhos desenvolvidos nas salas de aulas.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Janete M.L. de. **Implicações da nova lógica de ação do Estado para a educação municipal**. Revista Educação & Sociedade. 80 Campinas: CEDES, 2002.

BARBIER, Jean. M. **Elaboração de projectos de ação e planificação**. Porto: Porto Editora, 1996.

BOBBIO, N. **O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Tradução Carmen C. Varriale et al. Coordenação de tradução João Ferreira. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1991. vol. 1.

BRANCO, Mariane Rodrigues. **O planejamento das ações da escola na perspectiva da construção da cidadania**. Roteiro, Joaçaba, v. 34, n. 1, jan./jun. 2009.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: Diário Oficial da União, 23, dez., 1996.

_____. Ministério da Educação. **Conselhos Escolares: uma estratégia de gestão democrática da escola pública**. Brasília : DF, 2004. p. 23-27.

_____. Ministério da Educação. **Educação Inclusiva: Atendimento Educacional Especializado para Deficiência Mental**. Brasília, MEC/ SEESP, 2007.

_____. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: adaptações curriculares. Estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais**. Brasília: MEC/ SEF/ SEESP, 1999.

_____. Ministério da Educação. **Sala de Recursos Multifuncionais: Espaços para Atendimento Educacional Especializado**. Brasília: Secretaria de Educação Especial. 2006.

CAMARGO, R. B. e ADRIÃO, T. **Princípios e processos da gestão democrática do ensino: implicações para os Conselhos Escolares**. Revista Chão de Escola. Curitiba: SISMMAC, v. 2, p. 28-33, outubro de 2003.

CÓRDOVA, Rogério de A. **Educação brasileira: processos e trabalho**. Brasília : PIE/UnB/FE, 2003. Módulo V, v. 1.

CURY, Carlos R. Jamil. Os Conselhos de Educação e a gestão dos sistemas. In:

FERREIRA, N. S. C.; AGUIAR, M. A. (Orgs.). **Gestão da educação**: impasses, perspectivas e compromissos. São Paulo: Cortez, 2000.

DELORS, Jacques (coord.). **Educação**: um tesouro a descobrir. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. MEC/UNESCO. São Paulo: Cortez, 1998. cap. 4, p. 89—102.

FALKEMBACH, Elza Maria Fonseca. Planejamento participativo: uma maneira de pensá-lo e encaminhá-lo com base na escola. In: VEIGA, VEIGA. Ilma Passos Alencastro (Org.). **Projeto político-pedagógico da escola**: uma construção possível. 23. ed. Campinas, SP: Papirus, 1995.

FERREIRA, Naura S. C.; AGUIAR, Marcia. A. da S. *Gestão da educação* : impasses, perspectivas e compromissos. São Paulo: Cortez, 2000.

GADOTTI, Moacir. **Pressupostos do projeto pedagógico**. Cadernos Educação Básica - O projeto pedagógico da escola. Atualidades pedagógicas. MEC/FNUAP, 1994.

GANZELI, Pedro. **O processo de planejamento participativo da unidade escolar. Política e gestão educacional**. Disponível em: <http://www.fclar.unesp.br/publicacoes/revista/gestao.html>. Acesso em: 20 jan. 2010.

GOMES, A. C. Cândido. **Conselhos de Educação: luzes e sombras**. Revista de Educação AEC, Brasília: v. 32, n. 129, p. 86-98, out./dez. 2003.

GRACINDO, Regina V. Projeto político-pedagógico: retrato da escola em movimento, In: A. M. SILVA & M. A. AGUIAR (orgs.) **Retrato da escola no Brasil**. Brasília: CNTE, 2004.

GROS, Begoña. **The impact of digital games in education**. First Monday, v. 8, n. 7, jul. 2003. Disponível em: http://www.firstmonday.org/issues/issue8_7/xyzgros/index.html. Acesso em: 22 out.2007.

GUARINELLO, Norberto L. Cidades-estados na Antiguidade Clássica. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs.). **História da cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira; TOSCHI, Mirza Seabra. **A educação escolar**: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2003.

MACIEL, Maria Regina Cazzaniga. **PORTADORES DE DEFICIÊNCIA: a questão da inclusão social**. São Paulo Perspec. vol.14 no.2 São Paulo Apr./June 2000

MARQUES, M. Osório. **Os paradigmas da educação**. RBEP, Brasília: MEC/INEP, v. 73, n. 175, p. 547-565, set./dez. 1992.

MENDES, E. G. **Perspectivas para construção da escola inclusiva no Brasil**. In: PALHARES, M. S.; MARINS, E. S. C. F. (Org.) Escola Inclusiva. São Carlos: EduFSCar, 2002.

MENDONÇA, Erasto F. **A regra e o jogo**: democracia e patrimonialismo na educação brasileira. Campinas: Laplane, 2000.

NUNES, A. C. **Gestão democrática ou compartilhada?** Uma (não) tão simples questão de semântica. Revista Caderno Pedagógico. no 02, março/99. Curitiba: APP-Sindicato, 1999. P. 37-40.

PARO, Vitor Henrique. **Administração escolar**: introdução crítica. 8 a . ed., São Paulo: Cortez, 1999.

_____. **Gestão democrática da escola pública**. São Paulo: Ática, 2001.

_____. **Por dentro da escola pública**. São Paulo: Xamã, 1995.

Direito à educação : subsídios para a gestão dos sistemas educacionais :orientações gerais e marcos legais / Organização: Ricardo Lovatto Blattes . – 2.ed . – Brasília: MEC,SEESP, 2006.

RIBEIRO, Vera M.; RIBEIRO, Vanda M.; GUSMÃO, Joana B. de. **Indicadores de qualidade para a mobilização da escola**. São Paulo: Cadernos de Pesquisa, v. 35, n. 125, jan./abr., 2005.

SANTOS, Gilvanda do Nascimento. **PLANEJAMENTO ESCOLAR: UM INSTRUMENTO FACILITADOR DO TRABALHO DOCENTE**. UNEB, 2010.

SARTORETTO, Mara Lúcia; BERSCH,Rita. **Tecnologia Assistiva**. Disponível em<<http://www.assistiva.com.br/tassistiva.html>>, acesso em 10/02/2014.

SEEDF. **Projeto Pedagógico 2013 Centro de ensino especial de Taguatinga**. Taguatinga, 2013.

SILVA, Marcelo Soares Pereira da. **O gestor escolar frente o desafio da participação no planejamento do trabalho escolar**: dimensões e significados. In: Escola de Gestores da educação básica. 2. ed. 2009. CD-ROM.

SOUZA, Ângelo Ricardo de Souza...[et al.]. **Planejamento e trabalho coletivo**. Universidade Federal do Paraná, Pró Reitoria de Graduação e Ensino Profissionalizante, Centro Interdisciplinar de Formação Continuada de Professores; Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. Curitiba : Ed. da UFPR. 2005, p.15-22.

SUCUPIRA, Newton Lins B. **Relações entre o Conselho Federal de Educação e os Conselhos Estaduais**. Rio de Janeiro: Documenta, n. 21, v. 2, dez. 1963.

SUPLINO, Maryse. **Currículo Funcional Natural**: Guia prático para a educação na área do autismo e deficiência mental. 3ed. Secretaria Especial dos Direitos Humanos,

Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Rio de Janeiro: CASB-RJ, 2009. 132 p.

TOSCHI, Mirza S.; FONSECA, Marília; OLIVEIRA, João F. **A relação entre o plano de desenvolvimento da escola (PDE) e o projeto político-pedagógico da escola (PPP): concepção e avaliação.** Goiânia, 2004, mimeo 12p.

VASCONCELLOS, Celso S. Planejamento: **Projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico.** 9. ed. São Paulo: Libertad, 2006. p. 14-64.

VASCONCELLOS, Pe. José de. **A Lei de Diretrizes e Bases e as esferas de competência: federais, estaduais e municipais.** Rio de Janeiro: Documenta, n. 20, nov. 1963.

VEIGA, Ilma Passos A. Perspectivas para reflexão em torno do projeto político-pedagógico. In: VEIGA, Ilma Passos A. e RESENDE, Lúcia G. de (orgs.). **Escola: espaço do projeto político-pedagógico.** Campinas, SP: Papirus, 1998.

_____. VEIGA, Ilma Passos A. (org.). **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível.** 2 a . ed., Campinas, SP: Papirus, 1996.

VEIGA, Ilma Passos A; FONSECA, Marília (orgs.). **As dimensões do projeto político- pedagógico.** Campinas, SP: Papirus, 2001.

VYGOTSKY, Lev. S. **A Formação Social da Mente.** 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

VYGOTSKY, Lev. S. et al. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem.** São Paulo: Icone: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

APÊNDICE

QUESTIONÁRIO PARA COLETA DE DADOS

1-O que é Planejamento para você?

2- Qual a importância de planejar suas aulas?

3- Você conhece o PPP da escola?

4-O PPP da escola prevê o uso das tecnologias assistivas em sala de aula?

5-Você planeja suas aulas e cria situações e procedimentos didáticos com as tic's?
Explique.

6- Que recursos você utiliza em suas aulas? Seu aluno é beneficiado com os mesmos?

7- Como você planeja o trabalho com seus alunos.

8-A coordenação auxilia seu trabalho de planejamento? Como?

9- Em sua opinião, de que forma a equipe gestora deve usar o planejamento como forma de incentivo aos professores na realização de suas aulas e atividades?

10-A equipe gestora incentiva o uso das tecnologias em sala de aula? De que forma?

QUESTIONARIO PARA A EQUIPE GESTORA

1-Como equipe gestora como auxilia os professores quanto ao planejamento de suas aulas?

2-Qual o procedimento para construção do PPP da escola?

3- Promove a utilização das tecnologias assistivas em sala de aula?

4-Auxilia os professores nas coordenações pedagógicas na produção de seu planejamento?

5- Utiliza as tics para comunicação com a comunidade escolar? Quais recursos?

6- Conhece os recursos pedagógicos e tecnológicos e auxilia o professor na escolha dos mesmos?Quais?

7-Incentiva a participação dos professores em curso de formação? Justifique.
